



*Relatório do Workshop*  
**SUSTENTABILIDADE E  
TECNOLOGIA: IMPACTO DAS  
NORMAS "GREEN CLAIMS" NA  
INOVAÇÃO**





MARANHÃO  
& MENEZES

## QUEM SOMOS

Maranhão & Menezes Advogados Associados é um escritório focado em compreender as implicações de novas tecnologias, que permitam explorar as interfaces críticas entre inteligência artificial, proteção de dados pessoais, proteção ao consumidor, defesa da concorrência e regulação setorial, de modo a criar e consolidar soluções jurídicas apropriadas e convergentes com a construção de uma economia livre e de uma sociedade justa.

## ADVOGADOS SÓCIOS

Juliano Maranhão  
Josie Menezes  
Bernardo Fico

## ADVOGADOS ASSOCIADOS

Beatriz de Souza  
João Navas  
Ana Laura Costa

## CONSULTOR

Marco Almada



# lawgorithm

## QUEM SOMOS

A Associação Lawgorithm de Pesquisa em Inteligência Artificial é constituída como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Seu objetivo é desenvolver pesquisas e influenciar políticas públicas nas interfaces entre direito e inteligência artificial, em prol do bem comum, do desenvolvimento tecnológico e da justiça social. Atua em duas linhas de pesquisa: *(i)* Inteligência Artificial aplicada ao Direito e *(ii)* Direito da Inteligência Artificial.

## DIRETORIA

Juliano Maranhão  
Marcelo Finger  
Lorena Barberia  
Renata Wassermann  
Fabio Gagliardi Cozman  
Jaime Simão Sichman

## DIRETORIA EXECUTIVA

Bernardo Fico  
Melina Ferracini

## SECRETARIA EXECUTIVA

Claudia Cerullo



# SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA: IMPACTO DAS NORMAS "GREEN CLAIMS" NA INOVAÇÃO

**Tema:** Inovação

**Proponente:** Maranhão & Menezes Advogados Associados

**Co-Proponente:** Associação Lawgorithm de Pesquisa em Inteligência Artificial

**Região:** Sudeste

**Setor:** Empresarial

## PALESTRANTES:

### **Christian Perrone**

*CETys*

Comunidade científica e tecnológica

Doutor em Regulação Internacional e Tecnologia (UERJ e Georgetown) e Master of Laws (LLM) em Direito Internacional e Direitos Humanos (Universidade de Cambridge), Fulbright Scholar (na Georgetown Law School) em Jurisdição e proteção de dados. Pesquisador no CETyS. Advogado, consultor e pesquisador de Políticas Públicas - Direitos e Tecnologia no Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS Rio).

### **Julia Cruz**

*Ministério da Saúde*

Governamental

Julia Cruz é formada em direito com especialização em direitos humanos, desenvolvimento e direito internacional (Universidade de São Paulo e Harvard Law School). Trabalhou em organizações internacionais como ONU e OEA. Mais recentemente, foi a coordenadora geral da campanha de Tabata Amaral para a prefeitura de São Paulo.

### **Josie de Menezes Barros (Moderadora)**

Maranhão & Menezes Advogados Associados

Empresarial

Advogada, bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC - SP e mestre em direito administrativo pela mesma instituição. Membro do Comitê de Regulação e Diretora de Publicações do IBRAC. Possui experiência na representação e assessoramento de clientes em direito administrativo, regulatório, concorrencial e digital, em âmbito consultivo e contencioso.

### **Luisa da Silva (Relatora)**

COJOVEM

Setor: Terceiro Setor

Engenheira florestal, ativista climática e de direitos digitais, assistente de pesquisa na COJOVEM (BR). *Alumna* Programa Youth CGI.br. Criadora do projeto Clima Verde: Ideias para a Ação. *Alumna* da Embaixada dos Estados Unidos do programa Access Amazon.

## **ESTRUTURAÇÃO DO WORKSHOP:**

### **Objetivos:**

Workshop buscou:

- (i) Discutir o impacto de regulamentações europeias de “green claims” na cadeia de suprimentos de produtos de tecnologia;
- (ii) Analisar como as exigências regulatórias relacionadas à sustentabilidade afetam a inovação tecnológica, explorando exemplos de agentes econômicos pequenos e médios que enfrentam desafios regulatórios;
- (iii) Explorar as barreiras que regulamentos estritos impõem para países em desenvolvimento, dificultando o acesso a materiais e tecnologias essenciais para o desenvolvimento de infraestrutura digital;

(iv) Explorar oportunidades da tecnologia para auxiliar a sustentabilidade, como no caso de cidades inteligentes;

(v) Propor abordagens multissetoriais para equilibrar a sustentabilidade e o crescimento tecnológico, incluindo a discussão de políticas colaborativas, acordos internacionais e objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

Ao discutir essas questões, o painel objetivou contribuir para a construção de políticas que promovam um desenvolvimento sustentável e inclusivo da infraestrutura digital.

### **RESULTADOS:**

Alcançou-se todos os objetivos propostos inicialmente. O debate gerou *insights* relevantes sobre os impactos e oportunidades das regulamentações ambientais, especialmente para países em desenvolvimento, e destacou a importância de políticas integradas e cooperação internacional para alinhar inovação tecnológica e sustentabilidade.

### **METODOLOGIA:**

A metodologia do workshop foi pensada para garantir ampla participação e engajamento do público, com ações prévias de mobilização nas redes sociais, especialmente Instagram e LinkedIn, por meio de *cards* e vídeos de divulgação. Durante o evento, o público presencial pôde participar por meio de perguntas com uso de microfones no local, enquanto o público remoto teve suas perguntas coletadas via chat e repassadas ao painel para a moderação.

### **RESULTADOS:**

O formato foi adaptado para garantir o andamento das discussões e a interação prevista, tanto presencial quanto online. Após o evento, foram realizadas ações de comunicação visando ampliar o alcance e impacto das

discussões promovidas no workshop. Imagens e vídeos curtos com trechos das falas dos participantes, momentos de interação e principais mensagens foram divulgados nas redes sociais da organização proponente, fortalecendo a visibilidade do tema e engajando novos públicos.

Além disso, foi elaborado um relatório síntese com os principais pontos debatidos, o qual foi publicado no site da Lawgorithm ([clique e acesse aqui](#)), contribuindo para a sistematização dos aprendizados e subsidiando futuras iniciativas.

### SÍNTESE DOS DEBATES:

No dia 29 de maio de 2025, em Salvador (BA), foi realizado o painel “Sustentabilidade e Tecnologia: Impacto das normas Green Claims na Inovação”, durante a 15ª edição do Fórum da Internet no Brasil (FIB15), promovido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Organizado pela Lawgorithm e pelo escritório Maranhão & Menezes Advogados, como proponente, o encontro reuniu especialistas para discutir os efeitos das regulamentações ambientais, em especial as europeias, sobre cadeias produtivas, inovação tecnológica e relações comerciais entre o Norte e o Sul Global. O painel contou com a moderação de **Josie Menezes** (Maranhão & Menezes), e com exposições de **Julia Cruz** (Ministério da Saúde) e **Christian Perrone** (CETyS e ITS Rio), além da relatoria de **Luisa da Silva** (COJOVEM e IEB).

### Destaques do Painel

#### **Josie Menezes**

A moderadora deu início ao painel destacando a importância crescente das *green claims* — declarações ambientais feitas por empresas sobre seus produtos ou serviços — e o fortalecimento das exigências regulatórias destinadas a coibir práticas de *greenwashing*. Josie explicou que a

proposta do painel foi analisar de que forma essas novas normativas, principalmente vindas da Europa, afetam tanto a inovação quanto a participação de produtos brasileiros nos mercados globais.

Durante sua fala, foram abordadas normas como a Diretiva Europeia de *Green Claims*, a *Renewable Energy Directive* (RED), o *Carbon Border Adjustment Mechanism* (CBAM) e a Diretiva do Desmatamento, que formam um conjunto de regulamentações que impõem exigências rigorosas aos exportadores, incluindo a necessidade de comprovação científica e auditorias sobre critérios de sustentabilidade.

A partir do relatório de *Green Claims*, Josie fez uma análise crítica desse cenário, chamando atenção para riscos específicos ao Brasil, como a exclusão de biomas como Caatinga e Cerrado das definições europeias de floresta e a falta de reconhecimento da matriz energética majoritariamente renovável do país nos cálculos de emissões relacionados à importação de minérios. Ela também destacou a desigualdade no poder regulatório entre países e alertou para o risco de essas exigências ambientais serem usadas como barreiras comerciais disfarçadas.

### **Julia Cruz**

Julia concentrou sua apresentação nos impactos das regulamentações ambientais sob a ótica da inovação sustentável. Segundo ela, instrumentos como as *green claims* vêm impulsionando uma “corrida verde”, promovendo avanços como o desenvolvimento de materiais biodegradáveis, tecnologias de baixo carbono e o uso de inteligência artificial para rastrear cadeias produtivas. No entanto, alertou para os riscos de exclusão enfrentados por pequenos produtores e empresas do Sul Global, diante dos altos custos de certificação e da predominância de certificadoras baseadas no Norte Global — um fenômeno que caracterizou como "colonialismo verde".

Ela também questionou a efetividade das certificações privadas, citando a cadeia do café no Brasil como exemplo. Apesar da presença de selos de sustentabilidade, diversas propriedades certificadas foram identificadas com práticas como trabalho análogo à escravidão e aplicação de agrotóxicos proibidos. Para Julia, essas certificações muitas vezes operam como símbolos de tranquilização para os consumidores, sem garantir transformações reais nas práticas ambientais. Como alternativa, propôs o reforço da responsabilidade objetiva ambiental na legislação nacional, defendendo mais fiscalização estatal e responsabilização efetiva das cadeias de suprimento.

### **Christian Perrone**

Christian apresentou uma abordagem sistêmica para refletir sobre os dilemas entre inovação e sustentabilidade. Utilizando a metáfora da fábula do elefante na caverna — onde cada pessoa enxerga apenas uma parte do todo —, argumentou que certificações fragmentadas não dão conta da complexidade dos desafios ambientais atuais. Ele destacou dois eixos centrais de análise: o uso da tecnologia a favor da sustentabilidade (como inteligência artificial aplicada à eficiência energética e ao monitoramento via satélite) e a necessidade de tornar a própria tecnologia mais sustentável, considerando desde a mineração até o descarte de dispositivos eletrônicos.

Em sua análise, Christian alertou para os limites dos selos e das *green claims*, que muitas vezes não refletem os impactos reais dos produtos ao longo de sua vida útil. Levantou a dúvida sobre se o caminho mais eficaz seria o aumento das penalidades ou a oferta de incentivos positivos, defendendo modelos híbridos que combinem sanções com estímulos por meio de políticas públicas bem desenhadas. Por fim, destacou o papel estratégico do Brasil no cenário internacional, especialmente com a proximidade da COP 30 e a implementação da nova lei do mercado de

carbono, sugerindo que o país tem potencial para exercer liderança com soluções próprias, alinhadas às suas realidades e riquezas ambientais.

### Discussões Principais:

- **Efeitos assimétricos e risco de protecionismo verde:** Foi enfatizado que a ausência de diálogo das normas europeias com realidades do Sul Global pode ampliar desigualdades e excluir produtores de mercados estratégicos.
- **Colonialismo regulatório e desigualdades digitais:** Julia e Josie apontaram como certificações definidas fora do Brasil ignoram ecossistemas locais e impõem exigências desproporcionais a pequenas e médias empresas.
- **Limites das certificações privadas:** Denúncias sobre trabalho escravo na cadeia do café mostraram a fragilidade dos selos como garantias de sustentabilidade.
- **Possibilidades de inovação local:** Foram debatidas alternativas como o TAC da Carne Legal, os marcos normativos estaduais (ex: PLs em Goiás), e soluções cooperativas multissetoriais com fiscalização pública.
- **Debate sobre direito concorrencial e cadeias produtivas:** Luiz, da Lawgorithm, questionou como as *green claims* podem favorecer grandes players internacionais, e propôs maior atenção aos custos de compliance para PMEs e às desigualdades digitais geradas pelas exigências de rastreabilidade.

### Interação da Plateia

Durante o workshop, a interação dos participantes foi marcada por contribuições relevantes que enriqueceram o debate, refletindo preocupações práticas e acadêmicas em torno das regulamentações europeias de *green claims* e seus impactos globais.



A primeira intervenção foi feita por Marina, integrante do Programa Youth 2025, que contextualizou os possíveis impactos indiretos das *green claims* europeias nas normas dos países do Sul Global, como barreiras comerciais e restrições de acesso ao mercado europeu. No entanto, ela propôs um olhar voltado para o contexto interno do Brasil, mencionando o Código de Defesa do Consumidor e os desafios relacionados ao *greenwashing* diante da ausência de legislação específica. Marina questionou os painelistas sobre a possibilidade de as regulações europeias influenciarem o desenvolvimento de normas brasileiras mais robustas nessa área.

Em seguida, de forma mais detalhada sobre a contribuição supracitada de Luiz Alfrediano, pesquisador da Lawgorithm, direcionou sua pergunta à palestrante Josie Menezes, abordando o risco de que as regulamentações europeias favoreçam grandes players internacionais em detrimento de pequenas e médias empresas brasileiras, especialmente no que se refere aos altos custos de compliance. Ele questionou quais estratégias poderiam ser adotadas para evitar ou mitigar esses efeitos. Ainda, dirigiu-se aos demais palestrantes com uma pergunta mais ampla: como essas regulações podem reforçar desigualdades digitais nos países do Sul Global, e quais soluções poderiam ser pensadas para que esses países não sejam cerceados por normas externas?

Por fim, Luiz Henrique, também do Programa Youth 2025 e representante da Assembleia Legislativa de Goiás, compartilhou iniciativas locais que vêm inserindo a sustentabilidade digital na agenda do estado, citando dois projetos de lei — um sobre governança digital e outro sobre a criação da Semana Estadual de Sustentabilidade Digital, além de um projeto de lei complementar. Ele perguntou aos painelistas como iniciativas estaduais e regionais poderiam contribuir para o avanço da discussão sobre *green claims* no Brasil, oferecendo caminhos concretos e descentralizados para fortalecer esse debate no país.

## Conclusão

O painel evidenciou a complexidade das regulações ambientais no cenário global e seus efeitos sobre o Brasil. Embora haja consenso quanto à importância da sustentabilidade e do combate ao *greenwashing*, os participantes demonstraram preocupação com os riscos de exclusão, assimetria regulatória e eficácia limitada dos selos. A síntese da relatora Luisa da Silva destacou a urgência de estratégias que aliem proteção ambiental, justiça social e inovação tecnológica de forma justa e contextualizada. O painel reafirmou a importância do multissetorialismo, da cooperação internacional e da construção de um marco normativo brasileiro que enfrente de forma eficaz as alegações ambientais enganosas sem comprometer a competitividade nacional.

**Acesse a Gravação do Painel do FIB15 no Youtube:** [Clique aqui.](#)

**Report on Green Claims:** [Acesse aqui.](#)

**Webinar paralelo produzido pela Lawgorithm e Legal Grounds Institute:**

Painel 1: Neutralidade de Carbono e o Mercado de Carbono: [Acesse aqui.](#)

Painel 2: Capacidades da IA e o Combate às Mudanças Climáticas: [Acesse aqui.](#)

TIPO DE MANIFESTAÇÃO (POSICIONAMENTO OU PROPOSTA)	CONTEÚDO	CONSENSO OU DISSENSO	PONTOS A APROFUNDAR
Posicionamento	<p>Julia posicionou-se de forma crítica em relação à eficácia das certificações privadas, argumentando que, mesmo com a presença de selos de sustentabilidade, casos como os observados na cadeia do café brasileira. Coloca também que as empresas a partir do “medo” delas de se responsabilizar em cenários de rigidez legal, a inovação sustentável aumenta proporcionalmente, mas isso precisa ser implementado e exemplifica com a história da cidade de Mariana sobre responsabilização da cadeia.</p>	<p>Consenso - Christian concorda com Julia sobre que não necessariamente os selos trazem inovação e adiciona que por vezes são mecanismos burocráticos. Os certificados são importantes, mas não são o principal na cadeia que vai garantir sustentabilidade e inovação.</p> <p>Dissenso - Christian também coloca que não acredita que a sanção seja a solução, mas sim o incentivo positivo para que as empresas não tenham medo, mas sim que elas de fato pensem em um melhor meio ambiente para sociedade.</p>	<p>Christian pontua sobre quais seriam as políticas públicas para incentivar as cadeias a realmente quererem buscar a sustentabilidade com propósito para o meio ambiente.</p> <p>Como alcançar a visão holística do problema, olhando exemplos como os da União Europeia.</p>



**F B15**  
FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL

lawgorithm\* }



MARANHÃO  
& MENEZES